

Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima  
Vitor Morais de Andrade

# MANUAL DE DIREITO DIGITAL



**tirant**  
lo blanch

São Paulo  
2020



**Copyright**© Tirant lo Blanch Brasil

*Editor Responsável:* Aline Gostinski

*Assistente Editorial:* Izabela Eid

*Capa e diagramação:* Natália Carrascoza Vasco

**CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:**

**EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT**

*Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México*

**JUAREZ TAVARES**

*Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil*

**LUIS LÓPEZ GUERRA**

*Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha*

**OWEN M. FISS**

*Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA*

**TOMÁS S. VIVES ANTÓN**

*Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha*

**L699**      **Lima, Marcelo Chiavassa de Mello Paula**  
**Manual de direito digital / Marcelo Chiavassa De**  
**Mello Paula Lima, Vítor Morais de Andrade. - 1.ed. -**  
**São Paulo : Tirant lo Blanch, 2020.**  
**308 p.**

**ISBN: 978-65-87684-38-3**

**1. Internet. 2. Tecnologia e direito. I. Título.**

**CDU: 34::681.324**

*É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.*

*A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9 610/98).*

*Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.*



**Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.**

Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com

www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	11
NOTA .....	15
AUTORES.....	19
<b>1. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1.1 AS MUDANÇAS SOCIAIS.....	25
1.2 A SOCIEDADE DA VIGILÂNCIA E SOCIEDADE DA CLASSIFICAÇÃO .....	28
<b>2. INTERNET.....</b>	<b>31</b>
2.1. HISTÓRICO .....	33
2.2. ICANN .....	37
2.2.1. ÓRGÃOS VINCULADOS AO ICANN .....	41
2.3. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.BR) .....	43
2.3.1. HISTÓRICO.....	45
2.3.2. ÓRGÃOS VINCULADOS.....	46
2.4. IANA, DOMÍNIO E DNS.....	51
2.4.1. ICANN, IANA E A TUTELA JURÍDICA DOS DOMÍNIOS .	53
2.4.2. CGI.BR E A TUTELA JURÍDICA DOS DOMÍNIOS .....	54
<b>3. REGULAÇÃO DA INTERNET.....</b>	<b>59</b>
3.1. PRINCIPAIS MARCOS REGULATÓRIOS ESPECIAIS QUE TUTELAM A INTERNET NO BRASIL.....	67
<b>4. NEUTRALIDADE DA REDE.....</b>	<b>71</b>
4.1. O CASO EUA E A NEUTRALIDADE DA REDE.....	76
<b>5. PROVEDORES DE INTERNET .....</b>	<b>79</b>
5.1. PROVEDORES DE BACKBONE.....	80
5.2. PROVEDORES DE ACESSO/CONEXÃO .....	81

<b>5.3. PROVEDORES DE HOSPEDAGEM.....</b>	<b>84</b>
<b>5.4. PROVEDORES DE APLICAÇÕES NA INTERNET .....</b>	<b>85</b>
<b>6. OBRIGAÇÕES E A RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE INTERNET NO BRASIL .....</b>	<b>87</b>
<b>6.1. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE CONEXÃO NO BRASIL.....</b>	<b>89</b>
<b>6.2. OBRIGAÇÕES DOS PROVEDORES DE APLICAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>90</b>
<b>6.2.1. RESPONSABILIDADE POR CONTEÚDO PRÓPRIO ....</b>	<b>92</b>
<b>6.2.2. RESPONSABILIDADE POR CONTEÚDO GERADO POR TERCEIROS.....</b>	<b>92</b>
<b>6.2.3. RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE BUSCA .</b>	<b>106</b>
<b>6.2.4. RESPONSABILIDADE DOS USUÁRIOS PELOS “POSTS”, VÍDEOS, COMPARTILHAMENTOS E OPÇÕES DE “CURTIR” .....</b>	<b>108</b>
<b>6.2.5. RESPONSABILIDADE NA POSTAGEM E/OU COMPARTILHAMENTO DE CONTEÚDO QUE VIOLE DIREITOS AUTORAIS .....</b>	<b>111</b>
<b>6.2.6. RESPONSABILIDADE DOS USUÁRIOS POR “HATE SPEECH” (DISCURSO DE ÓDIO) .....</b>	<b>113</b>
<b>6.2.7. RESPONSABILIDADE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS QUE PERMITEM A SEUS CLIENTES ACESSAREM A INTERNET ATRAVÉS DA REDE WI-FI ..</b>	<b>116</b>
<b>6.2.8. RESPONSABILIDADE DECORRENTE DE CRIAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE “NOTÍCIA FRAUDULENTA”</b>	<b>117</b>
<b>6.3. DA REQUISIÇÃO JUDICIAL DE REGISTROS PELA PARTE INTERESSADA .....</b>	<b>123</b>
<b>6.4. PADRÕES DE SEGURANÇA E SIGILO DOS REGISTROS, DADOS PESSOAIS E COMUNICAÇÕES PRIVADAS DOS USUÁRIOS .....</b>	<b>124</b>
<b>6.5. OBRIGAÇÕES E A RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE INTERNET NA UNIÃO EUROPEIA .....</b>	<b>126</b>
<b>6.6. OBRIGAÇÕES E A RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE INTERNET NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....</b>	<b>129</b>

<b>7. DOCUMENTOS DIGITAIS E FIRMA DIGITAL.....</b>	<b>131</b>
<b>7.1. INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA (ICP-BRASIL) E A MP Nº 2200/2001 .....</b>	<b>136</b>
<b>7.2. ELABORAÇÃO E ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS (LEI Nº 12.682/2012 E DECRETO Nº 10.278/2020) .....</b>	<b>141</b>
<b>8. COMÉRCIO ELETRÔNICO .....</b>	<b>143</b>
<b>8.1. COMÉRCIO ELETRÔNICO, RELAÇÃO DE CONSUMO, RELAÇÃO CÍVEL E RELAÇÃO EMPRESARIAL .....</b>	<b>146</b>
<b>8.2. DECRETO 7962/2013 E O COMÉRCIO ELETRÔNICO.....</b>	<b>146</b>
<b>8.3. MARCO CIVIL DA INTERNET E O COMÉRCIO ELETRÔNICO.....</b>	<b>148</b>
<b>8.4. LEI ESTADUAL 13.747/2009 DE SÃO PAULO (“LEI DA ENTREGA”) .....</b>	<b>149</b>
<b>8.5. BREVE ANÁLISE DO PLS 281/2012 SOBRE COMÉRCIO ELETRÔNICO.....</b>	<b>150</b>
<b>8.6. COMÉRCIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL.....</b>	<b>155</b>
<b>8.7. FERRAMENTAS DE TUTELA DO COMÉRCIO ELETRÔNICO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – PROCONSP E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.....</b>	<b>165</b>
<b>8.8. MODALIDADES DE COMÉRCIO ELETRÔNICO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PLAYERS NA RELAÇÃO DE CONSUMO .....</b>	<b>166</b>
<b>8.8.1. COMPRA DIRETA EM SÍTIOS ELETRÔNICOS DE FORNECEDOR BRASILEIRO .....</b>	<b>166</b>
<b>8.8.2. COMPRA DIRETA EM SÍTIOS ELETRÔNICOS DE FORNECEDOR ESTRANGEIRO .....</b>	<b>167</b>
<b>8.8.3. SHOPPINGS VIRTUAIS - MARKETPLACES .....</b>	<b>167</b>
<b>8.8.4. COMPRAS COLETIVAS .....</b>	<b>173</b>
<b>8.8.5. CLUBES DE DESCONTO .....</b>	<b>176</b>
<b>8.9. OBRIGAÇÕES E A RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE INTERNET QUE TRABALHAM COM A INTERMEDIACÃO PROFISSIONAL EM LINHA – REGULAMENTO UE 2019/1150 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO .....</b>	<b>177</b>

<b>9. PROTEÇÃO DE DADOS – PANORAMA GERAL</b> .....	<b>181</b>
<b>9.1. REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS DA UNIÃO EUROPEIA (GDPR) – REGULAMENTO Nº 679/2016 DA UNIÃO EUROPEIA</b> .....	<b>185</b>
<b>9.1.1. OBJETIVOS E APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL</b> .....	<b>185</b>
<b>9.1.2. ALGUMAS DEFINIÇÕES IMPORTANTES SOBRE DADOS PESSOAIS</b> .....	<b>186</b>
<b>9.1.3. REFLEXÕES SOBRE O CONSENTIMENTO A SER DADO PELO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS</b> .....	<b>188</b>
<b>9.1.4. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS</b> ..	<b>189</b>
<b>9.1.5. SEGURANÇA NA ATIVIDADE DE COLETA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS</b> .....	<b>191</b>
<b>9.1.6. A FUNÇÃO DO ENCARREGADO DA PROTEÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>192</b>
<b>9.1.7. CÓDIGOS DE CONDUTA E DE CERTIFICAÇÃO: GOVERNANÇA CORPORATIVA</b> .....	<b>194</b>
<b>9.1.8. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS</b> .....	<b>195</b>
<b>9.1.9. RESPONSABILIDADE CIVIL E REPARAÇÃO DOS DANOS</b> .....	<b>196</b>
<b>9.2. REGULAMENTO Nº 1725/2018 DA UNIÃO EUROPEIA</b> .....	<b>196</b>
<b>9.3. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS DO BRASIL (LGPD)</b> . 198	
<b>9.3.1. APLICAÇÃO</b> .....	<b>200</b>
<b>9.3.2. PRINCÍPIOS</b> .....	<b>201</b>
<b>9.3.3. BASES LEGAIS - REQUISITOS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS</b> .....	<b>204</b>
<b>9.3.4. CATEGORIAS ESPECIAIS DE DADOS PESSOAIS</b> .....	<b>211</b>
<b>9.3.5. DIREITOS DOS TITULARES</b> .....	<b>212</b>
<b>9.3.6. AGENTES DE TRATAMENTO</b> .....	<b>213</b>
<b>9.3.7. AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (ANPD)</b> .....	<b>213</b>
<b>9.3.8. COMPETÊNCIAS DA ANPD</b> .....	<b>215</b>
<b>9.3.9. SANÇÕES E RESPONSABILIDADE</b> .....	<b>215</b>

9.3.10. BOAS PRÁTICAS .....	216
9.3.11. VIGÊNCIA .....	217
9.4. LEI DO CADASTRO POSITIVO .....	218
9.5. DADOS ABERTOS .....	222
9.5.1. REGULAÇÃO NO BRASIL .....	223
9.6. CALIFÓRNIA CONSUMER PRIVACY ACT (CCPA) .....	226
10. PRIVACIDADE DIANTE DAS PERSPECTIVAS ATUAIS.....	229
10.1. A DOUTRINA DE SAMUEL WARREN E LOUIS BRANDEIS DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS.....	231
10.2. A PRIVACIDADE NO SÉCULO XX .....	234
10.3. A PRIVACIDADE DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS ....	236
10.4. A PRIVACIDADE NA SOCIEDADE DA VIGILÂNCIA E NA SOCIEDADE DA CLASSIFICAÇÃO: O HOMEM DE VIDRO ..	245
10.5. MARCO CIVIL DA INTERNET E A TUTELA DO DIREITO À PRIVACIDADE .....	249
11. DIREITO AO ESQUECIMENTO .....	255
12. SUCESSÃO DE BENS VIRTUAIS .....	269
12.1. INTRODUÇÃO E PROBLEMÁTICA .....	269
12.2. ANÁLISE DE PROBLEMAS JURÍDICOS COMUNS .....	271
12.3. AS DISPOSIÇÕES DE ÚLTIMA VONTADE E OS BENS VIRTUAIS.....	278
12.4. PROJETOS DE LEI SOBRE O TEMA.....	280
12.5. LEGISLAÇÕES AO REDOR DO MUNDO .....	281
12.6. CONCLUSÃO .....	282
13. DRONES: AEROMODELOS E AERONAVES REMOTAMENTE TRIPULADAS (RPA).....	285
13.1. REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL (ANAC) .....	287
13.2. REGULAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (DECEA).....	292
13.3. REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL).....	293
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	295